

## POLÍTICA

## GOVERNO DO ESTADO

# Leite anuncia abertura de capital da Corsan

ITAMAR AGUIAR / PP / CP



Segundo Leite, a Corsan a precisará agora reduzir perdas tarifárias

Governador fez ontem um balanço da sua administração ao completar 100 dias à frente do Piratini

FLAVIA BEMFICA

O governador Eduardo Leite (PSDB) anunciou ontem pela manhã que o Estado vai abrir o capital da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que o modelo está sendo formatado e, ainda, que o governo trabalha inicialmente com a abertura no limite máximo permitido, de 49%, mas não decidiu se isso ocorrerá em uma única ação ou em etapas. “A decisão está encaminhada: abertura de capital. Estamos definindo a estratégia.”

Segundo ele, o governo avalia se faz uma abertura imediata até o limite de 49% do controle ou se, primeiro, abre mão de uma fatia menor da companhia e, em paralelo, promove outras ações em conjunto com parceiros privados para aumentar a eficiência e a arrecadação e, então, se desfaz de novos lotes até chegar ao limite. Ele ressaltou ainda que, antes de abrir o capital, a companhia precisará aprimorar o processo de governança, estabelecer um maior número de parcerias público-privadas e reduzir perdas tarifárias e de distribuição, de forma a melho-

rar seu valor.

As informações foram apresentadas durante o balanço de 100 dias de governo, realizado no Palácio Piratini, e durante o qual Leite respondeu a perguntas da imprensa por aproximadamente uma hora e meia.

No balanço, o governador voltou a afirmar que a privatização de outro setor, o energético (CEEE, Sulgás e CRM), auxiliará na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), permitindo o



“Não tem como eu dizer que vou resolver o Estado a não ser com financiamentos.”

Eduardo Leite

Governador do Estado

acesso do Estado a novos financiamentos. Para privatizar as três estatais do setor de energia, o governo encaminhou uma PEC ao Legislativo, pela qual anula a necessidade de que a venda das três empresas tenha que ser decidida pela população, em plebiscito. A proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia.

Questionado sobre se não repete ações de administrações anteriores, que também recorreram à rolagem da dívida e a financiamentos, duas medidas que não atacam os problemas estruturais que geram o déficit, Leite disse que elas são necessárias. E rebateu: “Não tem como eu dizer que vou resolver o Estado a não ser com financiamentos. Vamos ter que alongar e reestruturar para poder administrar.”

## ENTIDADE DENUNCIA IPE Prev está sem conselheiros

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Social, instituição que congrega 26 entidades de servidores públicos do Estado, está denunciando que o governo Eduardo Leite (PSDB) ainda não nomeou os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Estado. De acordo com a entidade, a omissão governamental fragiliza o funcionamento administrativo do IPE Prev, atingindo diretamente os segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social.

“É necessário que o IPE Prev se reestruture como unidade gestora do RPPS/RS para fazer frente a sua missão conforme dispõe o art. 3º da Lei Complementar 15.143 de 05 de abril de 2018”, afirma nota da entidade. O documento diz ainda que “é de extrema preocupação” a equipe reduzi-díssima de que dispõe o IPE Prev para fazer a gestão dos recursos financeiros dos Fundos Previdenciários Capitalizados.

## Carreiras de Estado mudarão

O Palácio Piratini vai apresentar um amplo plano de reestruturação nas carreiras do Estado e na previdência estadual. A promessa foi feita ontem pelo governador Eduardo Leite, durante evento no Piratini. Conforme ele, os estudos serão finalizados ainda neste mês de abril, mas também não há definição sobre se as mudanças pretendidas serão apresentadas de uma só vez à Assembleia ou separadas.

“Precisamos atacar o que está provocando o déficit. E, antes de apresentar as medidas, vamos discutir novamente com os servidores. Tudo ocorrerá dentro do primeiro semestre. Esta é uma ação que vai possibilitar um Estado com perspectiva de se sustentar”, afirmou o tucano. Ele admitiu ainda que não espera a anuência dos servidores.

A apresentação de um plano de reestruturação das carreiras vem sendo prometida desde o primeiro mês de governo, mas, segundo Leite, o levantamento exige trabalho árduo e demorado. “Temos uma complexa legislação a respeito do serviço público, são 56

estatutos que regulam 17 carreiras, fora diversos mecanismos.”

Sobre por que o governo priorizou a PEC que permite a privatização das estatais do setor energético e não a reestruturação das carreiras, visto que a última impacta mais fortemente as despesas, Leite respondeu que o Estado “precisa quebrar alguns paradigmas.” “O RS tem um problema cultural e isso é percebido por investidores. Então, queremos romper com esse paradigma e mostrar que o Estado se abre ao investimento privado.”

As declarações marcam alteração significativa na argumentação que era usada pela administração do ex-governador José Ivo Sartori (MDB). O governo emedebista sempre usou como principal argumento a necessidade de ajuste fiscal para justificar o projeto de privatização do setor energético. Sobre este ponto, Leite lembrou apenas a questão que envolve a CEEE e a dívida que a companhia tem de ICMS. E informou que as vendas vão injetar dinheiro no caixa, mas sem fazer uma relação direta com uma eventual queda na despesa.



Curta o Correio no Facebook  
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO  
O Jornal que vai direto ao ponto.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

## Similaridades limitadas

Apesar de programas e ações similares em diversas áreas, como o destino das estatais, a postura do governo Eduardo Leite (PSDB), comparada com a do antecessor, José Ivo Sartori (MDB), é consideravelmente distinta. O tucano, que fez ontem balanço de 100 dias de gestão, assim como emedebista, destaca a necessidade de enfrentamento da crise financeira e da redução do déficit que inviabiliza investimentos, o que leva à adoção de propostas polêmicas. A semelhança no discurso de ambos, no entanto, acaba por aí. Os problemas de caixa, por estratégia ou não, foram tão explorados que tornaram-se a principal bandeira da administração Sartori, o que ofuscou, muitas vezes, avanços. Leite não minimiza a crise, mas foca o discurso no que pode ser feito para reduzi-la e apesara dela. A tática soa bem mais otimista que a do antecessor, não apenas pelos perfis e por decisões políticas distintas, mas também porque Leite enfrenta cenário, principalmente Legislativo, bem mais confortável do que Sartori. Além de contar com base aliada mais ampla, matematicamente superior, a composição da Assembleia gaúcha nesta legislatura é naturalmente mais alinhada às bandeiras do tucano. Não por acaso, Leite, ao contrário de Sartori, conseguirá aprovar a PEC que derruba a obrigatoriedade de plebiscito para a venda da CEEE, CRM e Sulgás. O governador também irá obter o aval aos projetos que serão encaminhados posteriormente à Assembleia, que autorizam as privatizações. As vitórias no Parlamento auxiliam a colocar em prática os planos do tucano, mas também irão ampliar as expectativas e as cobranças por resultados da administração, a curto e médio prazos.

## Margem confortável

O governo conta com 38 aliados na Assembleia, apesar de posições mais independentes, como a de Sebastião Melo (MDB). O emedebista, no entanto, é favorável à derrubada do plebiscito. Com a licença de 120 dias de Any Ortiz (PPS), que deu à luz ontem o pequeno Pedro, será um voto favorável a menos, já que o suplente não será chamado. A margem de vantagem continuará considerável. Para aprovação da PEC são necessários 33 votos, em dois turnos.

## Exemplo

Por 47 votos a zero, a Assembleia aprovou projeto de resolução da mesa extinguindo o auxílio-mudança. A ajuda de custo, de dois salários extras para os 55 deputados, por manda-



ADELAR MARTINS / DIVULGAÇÃO / CP

to, foi criada em 2013 com o frágil pretexto da necessidade de custear despesas para constituição de residência em Porto Alegre. Hoje, os vencimentos estão em R\$ 25,3 mil. Bandeira antiga do Novo, a extinção representará economia de R\$ 2,8 milhões. Na foto, comemoraram o placar deputados que devolveram ou doaram valores antes da extinção. Da esquerda para a direita, Fábio Ostermann (Novo), Adolfo Britto (PP), Tiago Simon (MDB), Sebastião Melo (MDB), Neri o Carteiro (Solidariedade), Elton Weber (PSB), e Giuseppe Riesgo (Novo).

## Pente-fino nas leis de Porto Alegre

A Comissão Especial de Revisão Legislativa da Câmara de Porto Alegre se reúne pela primeira vez amanhã, às 11h. O grupo tem a tarefa de realizar pente-fino nas legislações da Capital visando revo-gar, consolidar e revisar regras desatualizadas, contraditórias ou que gerem burocracia desnecessária à população. A comissão é integrada por 11 vereadores. Segundo o presidente, Felipe Camozzato (Novo), a expectativa é de apresentação do relatório até o início de junho.

## APARTES

Comissões permanentes da Câmara aprovaram, em caráter terminativo, a indicação para que a prefeitura de Porto Alegre estructure programa para viabilizar plantio de árvores na nova orla do Guaíba. A iniciativa tem autoria de Roberto Robaina (PSol).